

**Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coords.), A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo**, Lisboa, Edições Colibri, 2000, 222 páginas + +xvi páginas de iconografia.

Esta obra integra algumas das comunicações apresentadas no VIII curso de Verão, sob o mesmo título, promovido pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa entre 24 e 26 de Setembro de 1998. À semelhança do que tinha sucedido no curso, esta obra divide-se em cinco áreas: a primeira, de natureza cronológica, designada «República e repúblicas», e as restantes, de natureza temática, «Economia e sociedade», «Sistema político», «Política externa e questão colonial» e «Cultura e ideologia».

É de lamentar a não publicação de algumas comunicações. No entanto, esta situação poderá ser minimizada pelos leitores interessados através de um estudo atento de algumas obras anteriormente editadas pelos autores destas comunicações, onde defendem algumas das ideias divulgadas neste curso. As comunicações não publicadas foram as seguintes: Fernando Catroga, «A República antes da República 1890-1910»<sup>1</sup>; Vasco Pulido

Valente, «A República Velha 1910-1917»<sup>2</sup>; Fernando Rosas, «A política económica da República»<sup>3</sup>; António José Telo, «Os militares e a República»<sup>4</sup>; Maria Cândida Proença, «República, escola, cidadania»<sup>5</sup>.

O curso tinha por objectivo «realizar um balanço da produção historiográfica sobre a Primeira República Portuguesa e, simultaneamente, contribuir para o relançamento do estudo e investigação do período». De facto, os coordenadores desta obra estavam cientes de que, «apesar da sua importância histórica e de alguns estudos pioneiros, a história da República tem

<sup>2</sup> V. Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982, e «Revolução: a «República Velha» (ensaio de interpretação política)», in *Análise Social*, vol. xxvii, n.º 115, 1992, pp. 7-63.

<sup>3</sup> Fernando Rosas não tem estudado habitualmente a I República. No entanto, algumas ideias contidas nesta comunicação poderão ser analisadas parcialmente nos seguintes estudos: Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, «A crise do liberalismo e as origens do ‘autoritarismo moderno’ e do Estado Novo em Portugal», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 2, Fevereiro de 1989, pp. 97-114, e *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. vii, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

<sup>4</sup> V. António José Telo, «A República e as Forças Armadas», in *A República, «História de Portugal»*, dir. de João Medina, vol. xi, Amadora, Ediclub, pp. 251-341.

<sup>5</sup> V. Maria Cândida Proença, *A Reforma de Jaime Moniz: Antecedentes e Destino Histórico*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, e Maria Cândida Proença (coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

<sup>1</sup> V. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

sido marcada pela herança de uma memória clivada sobre o regime, e mesmo, comparativamente com outros períodos da nossa história contemporânea, inclusive mais recentes, a investigação é ainda limitada» (p. 7).

António José Telo, no seu artigo «Sidónio Pais — a chegada do século xx», aborda de novo o fenómeno do sidonismo<sup>6</sup>, desta vez na perspectiva de ter sido um momento de viragem e o fenómeno precursor do século xx português. Para chegar a esta tese, o autor analisa em primeiro lugar as transformações que ocorreram no contexto nacional a curto prazo e, num segundo nível, no longo prazo em Portugal e na Europa. No curto prazo descreve as principais causas que desde a implantação da República permitiram que se formasse um bloco heterogéneo de apoio a Sidónio. No entanto, a modernidade das soluções que esboçou tem de ser entendida numa perspectiva de longo prazo. A sociedade portuguesa no final do século XIX e início do século XX não possuía ainda as condições necessárias para um bom funcionamento de uma democracia de massas. No entanto, a antiga democracia elitista já não dava resposta aos novos problemas que iam surgindo e não transmitia a necessária estabilidade ao regime (monárquico e republicano). Surgem, por isso, «três tipos de tentativas

para a reforma radical do Estado, sempre com o objectivo último de construir um sistema político que garantisse a estabilidade e a ordem»: a primeira caracteriza-se por ser uma reforma ensaiada a partir do poder executivo, criando governos extraordinários não controlados pelo parlamento; a segunda são as revoluções populares que tiveram o apoio de uma pequena elite e de grupos intermédios das forças armadas e de grupos civis armados; a terceira «foi a intervenção do grupo de oficiais das forças armadas para destruir o anterior aparelho político e criar uma situação de transição para um outro, baseado na legitimidade dada» pelas forças armadas (p. 17). É aqui que o autor encaixa o golpe vitorioso de Sidónio Pais, que, embora se enquadre numa longa série de tentativas revolucionárias, tinha sete importantes elementos de modernidade que irão estar presentes nos regimes conservadores e autoritários do século XX: o primeiro era uma valorização da pátria; o segundo elemento de modernidade foi uma valorização do papel do chefe carismático; o terceiro foi tentar ultrapassar as divisões criadas pelo liberalismo e republicanismo (Monarquia/República; cidade/campo); o quarto foi permitir um papel mais intervencionista do Estado; o quinto elemento de modernidade foi a maturidade de um novo conceito de «democracia»; o sexto foi permitir a superação dos partidos como forma de representação dos interesses nacionais pelo chefe e pelos organismos corporativos; por último,

<sup>6</sup> Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.

o sétimo caracterizou-se pela recuperação dos valores tradicionais. O autor termina a sua análise referindo-se à actualidade de Sidónio Pais e definindo o seu regime como «uma ditadura militar até às eleições e, depois delas, como um regime que queria ser uma democracia plebiscitária, orgânica e presidencialista, embora a realidade da sua situação concreta levasse a um duvidoso respeito dos direitos e das liberdades mínimas» (p. 23).

Ainda na secção «República e repúblicas», António Costa Pinto apresenta-nos o estudo «A queda da I República». Após uma breve caracterização da situação sócio-política anterior ao 5 de Outubro apresenta as principais causas que contribuíram para o fracasso da I República. Em primeiro lugar, destaca as insuficiências do sistema democrático republicano que contribuíram para a sua falta de legitimidade. De facto, este regime político imitava as democracias ocidentais, mas não implantou o sufrágio universal, criou um sistema eleitoral que favorecia a população urbana e a eternização do PRP no poder, utilizando as práticas antigas de patrocinato e de «governamentalização da administração local». O partido democrático, através de «um compromisso entre o eleitorado urbano e alguns notáveis da província», garantiu a hegemonia do sistema político. Mas esta estratégia do PRP também levou a que se multiplicassem as lutas e dissensões internas e contribuiu para que os próprios partidos republica-

nos conservadores, cientes na impossibilidade «de reforma do sistema político e de unificação das forças conservadoras numa só frente eleitoral», tivessem entrado em golpes anticonstitucionais, dado que estavam convictos de que «nunca atingiriam o poder através de meios eleitorais e constitucionais» (p. 30). Por outro lado, a endémica instabilidade governamental, a violência política, as clivagens sócio-políticas criadas durante a República e a participação de Portugal na primeira guerra mundial acentuaram as divisões da sociedade portuguesa e contribuíram para o *interlúdio autoritário sidonista*. O pós-guerra levou a alterações na liderança dos mais importantes partidos políticos e a uma maior fragmentação partidária, embora as principais marcas do sistema político tenham permanecido inalteradas (p. 38). Contudo, era cada vez mais fora da «arena parlamentar» que se jogava o futuro do regime. Vários grupos, entre os quais podemos destacar os anarco-sindicalistas, os comunistas, o patronato (que se organiza politicamente em 1924, formando a UIE), os católicos, os integralistas e os militares, passaram a não se rever no regime republicano e nos partidos do sistema<sup>7</sup>. Por outro lado, os partidos de oposi-

---

<sup>7</sup> V. a formação de crescentes conjunções heterogéneas contra o PRP nas eleições locais no final da I República [cf. Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Cosmos, 2000, pp. 29-32].

ção ao PRP apelavam cada vez mais à intervenção dos militares na vida política como forma de livrar o país da ditadura do «partido democrático». No pós-guerra «multiplicaram-se as tensões corporativas entre o exército como instituição e o governo», derivadas principalmente da integração dos oficiais milicianos no quadro e posterior degradação da sua condição sócio-económica (pp. 39-40). No entanto, outro factor decisivo para a crescente unidade das forças armadas na intervenção na arena política foi a atenuação e adiamento da clivagem República/Monarquia que possibilitou a formação de uma plataforma de entendimento anti-sistema, ou, dito de outra forma, antipartido democrático.

Na secção «Economia e sociedade» Miriam Halpern Pereira apresenta «As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado»<sup>8</sup>. Neste estudo são analisadas as atitudes do Estado e da sociedade face à previdência nas duas primeiras décadas do século xx. Até à implantação da República a intervenção social do Estado era muito limitada, mas desde 1919 começou a ser implementado um sistema alargado de segurança social. Miriam Halpern Pereira demonstra, contrariamente ao que a historiografia habitualmente afirmava, que existiu um amplo debate na sociedade portuguesa que conduziu a esta alte-

ração entre os defensores da liberdade individual *versus* obrigação relativamente ao seguro social.

João Freire, no artigo «A República e o movimento operário», começa por defender a periodização de 1891-1939 para o estudo do movimento operário. Segundo este autor, esta periodização ajusta-se melhor ao desenvolvimento, amadurecimento e epílogo do movimento operário. Critica também uma certa historiografia que considera o movimento operário inimigo da I República. As relações entre a República e o movimento operário foram mais complexas, existindo períodos de franca cooperação. O autor divide o relacionamento entre a I República e o movimento operário em quatro conjunturas. Na primeira, «O advento da República», é de salientar a diversidade de posições do operariado face à implantação da República e progressiva insatisfação face à não resolução dos seus problemas. Na segunda sobressaem as clivagens internas no operariado em relação à posição a tomar face à guerra e ao agravamento da situação económica. Na terceira, «O sidonismo e o pós-guerra», o movimento operário começa por lhe dar o «benefício da dúvida», mas rapidamente passa para a oposição ao novo regime e inicia uma reorganização e intensificação da sua acção revolucionária que se prolongaria após o fim do sidonismo. Esta ascensão da luta do movimento operário apenas foi moderada pela acção do governo, ao ir ao encontro de algumas das suas reivindicações, pela ci-

<sup>8</sup> V. o enquadramento europeu sobre «as origens históricas do Estado-Providência: perspectiva comparada» no número temático da revista *Ler História*, n.º 37, 1999.

são que se operou neste movimento após o surgimento do Partido Comunista em Portugal. Na última fase, «perante as ameaças autoritárias», João Freire considera que a «divisão e eventual falta de clareza de orientação estratégica terão sido as principais pechas que afectaram o movimento sindical português» (p. 85). Com efeito, a separação suscitada pelo aparecimento da corrente marxista e a divisão geracional dentro do movimento operário levaram a uma certa desmobilização e a deficiências estratégicas na análise e na acção face à nova realidade política e social na fase final da I República. No «Ensaio de conclusão» abalancou-se numa estimulante distinção social e ideológica entre os militantes sindicais e os republicanos e analisou as suas práticas e estratégias de acção.

Richard A. H. Robinson, no estudo «Os católicos e a Primeira República», após um esclarecimento prévio sobre os diversos conceitos que vai utilizar, analisa as várias etapas no relacionamento entre os católicos e o regime republicano<sup>9</sup>. Em primeiro lugar, «a actividade e a organização católicas antes de 1910»; em segundo lugar, «os primeiros anos da República»; em terceiro lugar, «de Pimenta de Castro a Sidónio Pais» e,

por último, «da 'Nova República' ao '28 de Maio'». Richard Robinson demonstra que no período que antecedeu o 5 de Outubro os católicos já vinham desenvolvendo actividades de reorganização (Centro Académico de Democracia Cristã, Partido Nacionalista, Acção Social, etc.) face aos novos problemas e adversários que foram surgindo na sociedade portuguesa. Após a implantação da República a radicalização dos republicanos obrigou a uma maior união das elites católicas. Mas foi apenas durante a ditadura de Pimenta de Castro, primeiro período de maior abertura e tolerância religiosa, que conseguiram fundar um «organismo tendente a organizar os católicos para a acção política e social» — Centro Católico Português (p. 99). Durante o sidonismo acentuou-se o clima de apaziguamento, tendo sido revista a lei da separação e reatadas as relações entre Portugal e o Vaticano. Durante a «Nova República Velha» os católicos tentaram integrar-se no seio da estrutura do regime republicano (o que lhes valeu uma forte oposição por parte dos monárquicos), tentando, com este acto, conseguir maiores concessões religiosas. O autor conclui, sublinhando, que a legislação republicana operou um forte corte com as tradições populares do mundo rural, particularmente no Norte de Portugal, e acentuou a clivagem com o mundo urbano. E termina com uma sugestiva reflexão: «Talvez se possa concluir que a resposta autoritária à questão religiosa, levada a cabo pelos

---

<sup>9</sup> É de sublinhar a necessidade de futuros investigadores recorrerem aos arquivos religiosos, dado que contêm documentação oficial da Igreja, ainda inédita, de capital importância para o estudo do relacionamento entre os católicos e o regime republicano.

republicanos quasi-jacobinos depois de 1910, preparou as massas rurais a norte do Tejo e o clero para aceitarem complacentemente um novo autoritarismo, o do primeiro ideólogo do CCP — Salazar —, com a sua aspiração a recristianizar a vida pública portuguesa» (p. 105).

Na secção dedicada ao «Sistema político» João B. Serra apresenta os elementos base e os processos de adaptação do «Sistema político da Primeira República». Os elementos base caracterizados foram a *Constituição de 1911*, que viria a consagrar a supremacia parlamentar; o *sistema eleitoral*, que adaptaria o sufrágio capacitário com listas incompletas; a *estrutura do poder*, que dava ao poder legislativo o lugar de destaque; o *regime de partidos*, que «favorece a hegemonia de um partido com regular implantação nacional» (p. 111). João B. Serra defende que o PRP era um partido de massas, embora no interior existisse sempre uma espécie de partido de notáveis (p. 112). Era, portanto, um partido de transição entre as estruturas antigas dos partidos elitistas e os novos partidos de mobilização. É, no entanto, ainda uma hipótese, dado que ainda hoje continuamos a não possuir uma monografia sobre o partido hegemónico da I República. De facto, como afirmou A. H. de Oliveira Marques há já alguns anos, «o Partido Republicano espera o seu historiador»<sup>10</sup>. Todavia, com os dados dis-

poníveis, João B. Serra defende que a fragmentação do PRP provocou a implantação de um sistema pluripartidário de partido dominante<sup>11</sup>. Por outro lado, conclui que continuaram a persistir «relações clientelares, no-meadamente na sua feição moderna, de caciquismo burocrático». Esta situação «só foi possível porque o sistema político se ancorou numa situação de hegemonia de um partido» (p. 112). Esta afirmação remete-nos para a seguinte questão: será que o problema da deslegitimização política durante a I República assentava no sistema político (elaborado, é certo pelo partido democrático) ou no PRP? Se tivesse existido alternância, a deslegitimização e as relações clientelares teriam desaparecido ou sido atenuadas? Os trabalhos de João Manuel Gonçalves da Silva demonstraram que as relações clientelares permaneciam mesmo em agrupamentos partidários

<sup>11</sup> Designação também utilizada por Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 167-177. Fernando Farelo Lopes, também na mesma linha, designa o sistema por «um regime parlamentarista de partido dominante», [in António Reis (dir. de), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 85-100].

<sup>12</sup> Cf. João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, Faccionalismo e a Descredibilização dos Partidos Políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, e «O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)», in *Análise Social*, vol. xxxii, n.º 140, pp. 31-74.

<sup>10</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da I República*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 132.

secundários durante a I República<sup>12</sup> e que o problema da deslegitimização não advinha apenas de o PRP ser hegémónico a nível nacional, mas derivava principalmente da estrutura social e política portuguesa. Na segunda parte do estudo João B. Serra apresenta as adaptações e alterações do sistema político ao longo da I República. Em primeiro lugar, analisa a conflitualidade entre o Presidente/Parlamento/Governo resultante da separação do PRP e de o Presidente ter sido eleito através de uma coligação negativa. Este bloco não tinha unidade suficiente para manter um governo no poder, mas reunia capacidades para colocar obstáculos aos governos do PRP. Este conflito permanente leva a que o Presidente intervenha e tente formar governos de todos os tipos (partidários, de concentração e extra-partidários), inclusivamente de apoio exclusivamente presidencial, mas sem resultados na estabilidade governativa. O sidonismo também não encontrou uma fórmula que desse estabilidade e legitimasse o novo regime. Com a «Nova República Velha» pensou-se que seria possível encontrar uma maior estabilidade governativa, dado que o Presidente passou a deter maiores poderes, inclusivamente a possibilidade constitucional de recorrer à dissolução do Congresso. No entanto, a instabilidade governativa agravou-se no pós-guerra, dado que, embora tenham existido várias tentativas para unir a direita republicana para formar uma alternativa coesa ao PRP, todas elas falharam. Em primeiro lugar, devido a

problemas de coesão interna deste bloco (Partido Republicano Liberal, Partido Republicano Nacionalista). Em segundo lugar, a densa rede clientelar do PRP inviabilizou a afirmação de um bloco conservador alternativo. E, por último, quando o Partido Republicano Liberal teve a oportunidade de vencer as eleições legislativas e de formar governo, foi afastado pelos radicais republicanos. Por outro lado, o crescente faccionalismo do PRP impedia que qualquer governo tivesse estabilidade, mesmo que inicialmente obtivesse o apoio deste partido. A consciência do bloco republicano conservador de que nunca chegaria ao poder através de meios legais e o agravamento da situação económico-financeira levam a que se formem vários grupos anti-sistema — entre eles destaca-se a *Seara Nova* —, que defendem publicamente a formação de um governo excepcional de salvação pública, um interregno autoritário que salvasse à República (pp. 127-128). João B. Serra conclui a sua análise afirmando que o PRP desempenhou um papel central na vida política portuguesa. A hegemonia que conseguiu angariar no sistema político provocou uma grande dificuldade em encontrar um equilíbrio. Este equilíbrio foi procurado reforçando o poder do Presidente, tentando criar um bloco conservador alternativo e através de fórmulas anticonstitucionais. No entanto, estas estratégias tiveram pouco êxito, dado que o PRP também recorreu à violência sempre que se viu apeado do poder (pp. 128-129).

Na secção «Política externa e questão colonial» Douglas L. Wheeler apresenta o estudo «‘Mais leis que mosquitos’: a Primeira República e o império ultramarino (1910-1926)». Este autor iniciou a sua aproximação a Portugal via África e é hoje em dia um dos investigadores estrangeiros que mais têm contribuído para a divulgação dos estudos históricos portugueses nos EUA. Douglas Wheeler demonstra conhecer profundamente a bibliografia sobre o império colonial português, particularmente os estudos produzidos no estrangeiro<sup>13</sup>. Este conhecimento permite-lhe indicar na introdução temas já profundamente tratados, como é o caso das campanhas militares, e temas pouco estudados como as missões protestantes e as relações luso-germânicas, entre outros. Neste artigo centra-se no estudo da conclusão das campanhas militares portuguesas de «pacificação» e ocupação das terras do interior; na luta contra a influência, as pretensões e os ataques alemães em Angola e Moçambique durante a primeira guerra mundial (1914-1918); na tentativa de melhorar as condições de trabalho indígena, sobretudo em Angola, e de instituir uma «política nativa», bem como uma administração civil, baseadas nos princípios de descentralização do poder e

autoridade coloniais e de autonomia das colónias; nas políticas e iniciativas económicas e financeiras concebidas para promover a prosperidade colonial e os lucros da metrópole, que incidiam no desenvolvimento da agricultura, do comércio e da exploração das matérias-primas das colónias; nas políticas e iniciativas que visavam melhorar as infra-estruturas (p. 139). No entanto, o tema central do artigo é avaliar a acção de Norton de Matos em Angola e, de uma maneira geral, clarificar o legado imperial da I República. Quanto ao primeiro tema, Douglas Wheeler, contrariando alguns autores que afirmam serem limitadas as realizações de Norton de Matos, defende o importante legado que este republicano deixou ao Estado Novo. De facto, quando «um ‘novo’ plano de colonização branca foi, finalmente, activado, torna-se claro que as ideias colonialistas fundamentais, os planos e o breve precedente da Angola de Norton de Matos de 1921-1924 foram eventualmente apropriados pelo Estado Novo e, no seu próprio estilo, postos em acção» (p. 156). Por outro lado, contraria a ideia de um «declínio imperial» durante a I República. Demonstra o forte crescimento da produção agro-pecuária, matérias-primas e minerais entre 1919 e 1924 e o aumento da percentagem do comércio português entre a metrópole e o império, embora na fase final da República tenha decrescido. Defende ainda que é durante o período republicano que podemos encon-

<sup>13</sup> V. os recentes estudos sobre o império colonial português que contêm um vasta bibliografia: René Pélassier, «Safari com o Dr. Gutenberg», in *Análise Social*, vol. xxxv, n.º 154-155, 2000, pp. 407-427; Valentim Alexandre (coord.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

trar os primórdios da ideia colonial, com uma forte preocupação do governo e das elites pelo império colonial, que permite obter um decisivo controle e soberania sobre estes territórios (pp. 162-163). Douglas Wheeler conclui que, «depois do exame das fontes, parece plausível que a República alcançou mais do que fúteis realizações em partes do império, sendo também claro que os assuntos coloniais e a política que girava em torno deles, quer em 1910, quer em 1926, determinaram tanto a vida como a morte da I República» (p. 168).

Nuno Severiano Teixeira analisou a «Política externa da Primeira República, 1910-1926». O primeiro tema abordado foi a preparação e posterior reconhecimento externo do regime republicano. Nuno Severiano Teixeira defende que após a implantação da República não houve alterações significativas «na orientação da política externa nem nas opções estratégicas do Estado português». De facto, a República manterá como principais prioridades da política externa a aliança inglesa e o projecto colonial (p. 171). Por outro lado, os problemas herdados da Monarquia tenderam a agravar-se. O autor sintetizou a situação internacional de Portugal nas vésperas da I República desta forma: «ameaçada no continente pela Espanha, ameaçada nas colónias pela Alemanha e vulnerabilizada nos dois cenários pela política de transição inglesa em relação à Espanha na questão peninsular e à Alemanha na questão colonial» (p. 173). São estas ameaças associadas à necessi-

dade de consolidar o regime republicano que levaram, segundo Nuno Severiano Teixeira, à decisão da entrada de Portugal na Grande Guerra. A participação na guerra, embora tenha permitido afastar o *perigo espanhol* e manter as colónias, provocou um agravamento das clivagens internas do regime e não foi suficiente para a afirmação do regime republicano no quadro internacional, dado que Portugal não conseguiu um lugar no Comité Executivo da SDN, ao contrário da Espanha neutral. No entanto, a integração de Portugal neste organismo permitiu uma maior diversificação das relações externas portuguesas, mantendo, é certo, como primeira prioridade o projecto colonial.

Na secção «Cultura e ideologia» Manuel Villaverde Cabral analisa «A estética do nacionalismo: modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século XX». Villaverde Cabral segue o caminho já trilhado por George Mosse<sup>14</sup>, contextualizando o movimento modernista no ambiente cultural de ascensão do autoritarismo e nacionalismo. O autor defende neste estudo que «alguns dos melhores escritores e artistas portugueses dos anos 10 e 20, em particular aqueles que estão associados ao modernismo (*Orpheu*, 1915) e ao futurismo (*Portugal Futurista*, 1917), contribuíram significativamente para essa «atitude de espírito» e essa «estetização da política»

<sup>14</sup> Cf. George L. Mosse, «Fascism and the intellectuals», in S. J. Woolf (ed.), *The Nature of Fascism*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1968, pp. 205-225.

[...] que forneceram ao fascismo a sua aura cultural inicial e o seu apelo junto dos intelectuais e artistas criadores da época». Através do exercício da crítica literária tenta «descrever e analisar as dimensões políticas explícitas e, mais frequentemente, implícitas» das actividades criativas da geração modernista portuguesa, particularmente os escritos de Fernando Pessoa, Almada Negreiros e Mário de Sá Carneiro (p. 181). Villaverde Cabral inicia a sua análise na década de 1880, onde demonstra a forte relação entre a modernização dos padrões literários e a ascensão do nacionalismo político, particularmente no movimento republicano, onde se encontram alguns textos precursores do autoritarismo português (Basílio Teles). É também já visível nesta época a incontornável contradição entre tradição e modernidade que atravessa o nacionalismo. Com a República a geração modernista demarca-se do sistema político implantado. Manuel Villaverde Cabral encontrou nos textos destes artistas uma profunda conexão entre a *literatura* e a *política*. Fernando Pessoa exalta o nacionalismo e o republicanismo messiânico e rejeita o liberalismo e o socialismo. Esta atitude aproxima Fernando Pessoa e a sua geração «ao movimento que se vinha propagando em quase toda a Europa no sentido de uma ‘saída’ diferente para as clivagens tradicionais próprias do quadro demo-liberal». Contudo, Villaverde Cabral adverte-nos para o facto de ser «sempre difícil falar de ‘pré-fascismo’, em particular no caso de um artista criador, cujas

principais preocupações eram evidentemente estéticas». Todavia, «não parece errado dizer que existiam na atitude política de Pessoa numerosos ingredientes que aproximam a sua filosofia política das principais correntes do nacionalismo autoritário moderno». Esta atitude dos modernistas demarca os também do «brando autoritarismo de muitos escritores republicanos da época, como alguns dos membros da *Seara Nova*, e do crescente tradicionalismo dos autores monárquicos, nomeadamente os integralistas» (p. 188). Esta geração modernista defende a formação de um governo forte, carismático e moderno em termos estéticos que será personificado no idílico regime sidonista. No entanto, o pensamento destes intelectuais elitistas e modernistas começará a entrar em contradição nos anos 20 com a atitude eminentemente tradicionalista do nacionalismo português. Este facto não impedirá que uma parte dos modernistas se deixe seduzir pelo nacionalismo tradicionalista e pelos regimes autoritários e fascistas. Fernando Pessoa reagirá, contudo, à rendição dos modernistas ao academicismo e ao tradicionalismo, exaltando a defesa da liberdade individual. A intuição de Villaverde Cabral leva-o precisamente a apontar a «individualidade sabidamente caprichosa» como uma das razões para que Fernando Pessoa não se tivesse rendido ao apelo salazarista (p. 207). Fernando Pessoa tentou ainda, sem êxito, no final da sua vida, conciliar *nacionalismo* com *liberalismo* e *nacionalismo* com *modernismo* na sua teoria política «liberalismo nacional» (p. 210). Esta conciliação mos-trava-se já impossível, dado que a par-

tir dos anos 30, com a institucionalização do Estado Novo, foram os valores tradicionais que se afirmaram, provocando o afastamento dos intelectuais mais criativos do Estado Novo e aproximando-os das correntes comunistas e neo-realistas. Manuel Villaverde Cabral conclui defendendo que «tanto as inclinações ideológicas como sobretudo o simbolismo político do modernismo português estavam intimamente ligados à crescente tradição do nacionalismo autoritário, tradição essa que, por seu turno, proporcionou a legitimação cultural para o golpe militar de 1926 e para a institucionalização do fascismo português sob a ditadura de Salazar. Parece, assim, legítimo afirmar que a estética nacionalista recebeu, efectivamente, um impulso significativo por parte de Fernando Pessoa e dos seus companheiros da geração modernista» (p. 211).

António Pedro Vicente apresentou o estudo «República. Propaganda e iconografia» acompanhado de uma selecção de dezassete iconografias. Durante a apresentação da comunicação no seminário foram apresentadas bastante mais imagens do vasto arquivo do autor. António Pedro Vicente procurou enquadrar as imagens reproduzidas com a elaboração de um texto-síntese sobre o movimento republicano. O autor não disfarça o pleno apoio ao regime republicano «democrata» que foi implantado em 1910<sup>15</sup>. Infeliz-

mente, apenas dispensou duas páginas à análise da iconografia alusiva à propaganda e implantação da República. Salientou o cariz acentuadamente popular do republicanismo, o que conferia uma importância enorme à imagem visual, dado o elevado número de analfabetos. O cartaz substituía por vezes o panfleto e os livros na propaganda republicana. A temática das iconografias era variada, embora predominasse as figuras dos políticos, os episódios mais salientes do movimento republicano e a figura da «Mariana» da Revolução Francesa. A produção mais intensa desta iconografia situa-se entre o final do século XIX, principalmente após a revolução do Porto de 1891, e o início de uma certa desilusão sobre o regime, por volta de 1913-1914. Estas iconografias foram elaboradas por indivíduos que pretendiam difundir o ideal republicano e por empresas que queriam associar os seus produtos ao novo regime com objectivos puramente comerciais (pp. 221-222). Este artigo teve a virtualidade de chamar a atenção de uma temática muito rica e que tem estado subaproveitada. Por outro lado, pode também ser um desafio à comunidade científica portuguesa para esta elaborar uma grande exposição sobre a expressão artística de apoio/crítica à República, que poderá ser realizada (quem sabe?) no centenário da sua implantação.

Os trabalhos apresentados neste seminário demonstram as virtudes e os defeitos da historiografia da I República. Em relação à primeira

<sup>15</sup> «O regime democrático que a República apontou não deixou de se identificar plenamente com a imagem de paz e de liberdade que veio ao encontro dos anseios do povo português, ficando marcado para sempre no seu coração» (p. 221).

convém sublinhar o importante confronto teórico, metodológico e, por vezes, ideológico que continua a marcar o estudo deste regime. Para alguns historiadores, a I República continua a representar uma experiência democrática interrompida pela acção dos fascistas, dos conservadores e dos antidemocratas<sup>16</sup>. Outros vêem a I República como um prolongamento dos regimes liberais e elitistas do século XIX<sup>17</sup>. Dentro destes últimos grupos podemos ainda fazer uma subdivisão, dado que alguns historiadores acentuam o carácter jacobino e ditatorial do regime de partido dominante (PRP)<sup>18</sup>. É importante que se desenvolvam estas correntes teóricas com um fluxo cada vez maior de trabalhos de campo, onde devem ser testadas e aferidas

todas elas para dar luz à I República. É aqui precisamente onde se destacam as maiores deficiências na historiografia da I República — o número reduzido de investigações realizadas nos últimos anos sobre este período. Por um lado, são raros os historiadores consagrados que estudam como primeira prioridade este regime, dado que chegam a ele através das ligações que estabelecem no estudo do Estado Novo e da Monarquia constitucional. Por outro lado, a nova geração de investigadores vê-se confrontada nas universidades com licenciaturas e mestrados de História Contemporânea onde a I República está como que «ensanduichada» entre o regime monárquico-constitucional e o Estado Novo. De facto, a I República ainda não criou uma «escola» onde se desenvolvam trabalhos sistemáticos, ao contrário do que sucede, em particular, com o Estado Novo. Assim, continuam a persistir áreas completamente ignoradas, como, por exemplo, a história dos partidos políticos, das eleições e das organizações patronais. A nível económico, que significativamente não teve qualquer texto publicado neste livro, continua a faltar, por exemplo, conhecer melhor o impacto da primeira guerra mundial. A nível local há uma imensa obra a realizar. No entanto, o futuro é promissor, dado que após longos anos de dependência face ao Estado Novo a I República dá mostras de ser novamente um tema atraente tanto a novos como a experientes investigadores.

<sup>16</sup> V. Raúl Rego, *História da República*, 5 vols. Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, e, entre a sua vasta bibliografia, A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República, Nova História de Portugal*, vol. xi, Lisboa, Ed. Presença, 1991, Vitorino Magalhães Godinho, «A Grande Guerra e a República Portuguesa», *História*, III série, n.º 28, 2000, pp. 10-21, e o artigo de António Pedro Vicente inserido nesta obra.

<sup>17</sup> V. os artigos de António Costa Pinto, António José Telo e João B. Serra incluídos nesta obra.

<sup>18</sup> V. Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982, e «Revoluções: a «República Velha» (ensaio de interpretação política)», in *Análise Social*, vol. xxvii, n.º 115, 1992, pp. 7-63, e Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926), História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. vi, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, e «O fim da República», in *Análise Social*, vol. xxxiv, n.º 153, 2000, pp. 1059-1082.